

A DAF:
a) para elaborar compromissos despesa;
b) para elaborar minuta do contrato

2017/08/25



Câmara Municipal de Penacova

Proc. N.º 18/2017

My Doc N.º 2017/300.10.001/26

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

- Concedido.
- Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do
CCP adjudica-se a firma
Carlos Almeida & Filhos Lda

RELATÓRIO FINAL

páginas 1 | 6

Empreitada de Obras Públicas: CONSTRUÇÃO BIBLIOTECA MUNICIPAL – RAMPA DE ACESSO

- Aprovo a minuta do
contrato

RELATÓRIO FINAL (Art.º 124 do CCP)

- Notifique-se o adjudicatário
para apresentar os documentos
de habilitação exigidos

1. INTRODUÇÃO

2017/08/12

2017/09/08

Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no art.º 68 e 69 do Código dos Contratos Públicos [CCP], anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, reuniu o júri do procedimento com o fim de proceder à elaboração do presente **Relatório Final**.

➤ AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após análise das propostas submetidas a concurso, o Júri produziu o seu Relatório Preliminar o qual foi sujeito a audiência prévia, cumprindo com o disposto no art.º 123 do CCP. Nesse âmbito, o relatório preliminar não foi objeto de qualquer pronúncia desfavorável por parte dos concorrentes.

Face ao anteriormente referido, o Júri do procedimento **mantém as conclusões do Relatório Preliminar**, as quais passa a transcrever:

Ref.ª do procedimento: 18/2017

Data da Decisão de Contratar: 18/07/2017

Fase Preliminar: Informação Técnica datada de 28/06/2017

Deliberação: Despacho de 18/07/2017

Órgão Competente: Sr. Presidente da Câmara Municipal

No seguimento da informação para início do procedimento do Eng.º Bruno Barros, datada de 28 de Junho de 2017, anexa a este processo relativamente à empreitada de obras públicas "Construção Biblioteca Municipal – Rampa de Acesso", processo MyDoc n.º 2017/300.10.001/26, com informação de cabimento datada de 03 de Julho de 2017 tomo as seguintes decisões:

Decisão de Contratar: Não dispondo de meios humanos e de equipamento para a execução dos trabalhos, tomo a decisão de contratar, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder **35.768,10 €**.

Decisão de autorizar a despesa: No uso da competência própria, para autorizar a realização contratual da despesa prevista na alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que pode ir até 149.639,00 €, autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, uma vez que o preço contratual não deverá exceder **35.768,10 €**.

Decisão de aprovação das peças do procedimento adotado: Aprovo as peças do procedimento, Convite e Caderno de Encargos que inclui o Projeto de Execução, conforme previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

AJUSTE DIRETO | CONSTRUÇÃO BIBLIOTECA MUNICIPAL – RAMPA DE ACESSO



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
5066579571



Decisão de escolha do procedimento: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do artigo 19.º do CCP, adote-se o procedimento de **ajuste direto**.

Decisão de designação do Júri: Para a condução do procedimento designo o seguinte Júri: **1) Isilda Duarte; 2) Cláudia Albuquerque; 3) Bruno Barros**. Sendo suplentes: **1) António Vaz; 2) Pedro Costa**.

Decisão da Abertura do procedimento: Abra-se o procedimento disponibilizando-o às entidades convidadas através da Plataforma Eletrónica **Vortalgov**.

Decisão das entidades a convidar: Deverão ser convidadas as seguintes entidades: **1) JOSE ANTONIO DIOGO CONSTRUÇOES UNIPessoal, LDA; 2) CONSTRUÇOES RODRIGUES & FILHO, LDA; 3) CARLOS FLORIDO & FILHOS, LDA; 4) GAVINHOS CONSTRUÇOES UNI, LDA; 5) RMLOR, LDA**.

Das entidades convidadas a apresentar proposta, os Serviços deverão verificar se o convite não viola os limites previstos no nº2 e no nº5 do artigo 113º do CCP.

Objecto da contratação:

Execução de obra pública "Construção Biblioteca Municipal – Rampa de Acesso".

O procedimento de **Ajuste Direto**, foi conduzido pelo disposto no Capítulo I, do Título III, da Parte II do CCP, formalizado integralmente na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública VORTALgov, no sítio <http://portugal.vortal.biz>, tendo o procedimento a ref.ª **DGPUOP_18/2017**.

Nos termos do CCP, compete ao júri proceder à análise e avaliação das propostas. A tarefa de análise é prévia à de avaliação, e é feita em absoluto para cada proposta: - trata-se de verificar se a mesma dispõe das condições para ser admitida e em caso afirmativo, objecto de avaliação por aplicação do critério de adjudicação (ou, com mais rigor dos factores e subfactores em que se decompõe o critério de adjudicação).

As entidades convidadas a apresentar proposta foram as seguintes:

- Tabela I. -

Entidade Convidada
Carlos Flório & Filhos, Lda.
Construções Rodrigues & Filho, Lda.
RMLOR, Lda.
José António Diogo Construções Unipessoal, Lda.






A entidade "Gavinhos Construções Uni, Lda.", à data do lançamento do procedimento de Ajuste Direto (18/07/2017) não se encontrava registada na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública VORTALgov, pelo que não pôde ser convidada.

A data limite para apresentação das propostas, 26/07/2017 pelas 16h00, foi definida na plataforma eletrónica e peças do procedimento.

Das entidades convidadas, as seguintes demonstraram estar **interessadas** no procedimento:

- Tabela II. -

N.º	Entidades Interessadas
1	Carlos Flório & Filhos, Lda.
2	Construções Rodrigues & Filho, Lda.

Apresentaram proposta as entidades que se referem de seguida, pela ordem respetiva, adquirindo de acordo com o art.º 53 do CCP a denominação de "Concorrentes":

- Tabela III. -

N.º	Concorrentes	Preço Proposta (anexo III)	Preço Base
1	Carlos Flório & Filhos, Lda.	34.617,67 €	35.768,10 €
2	Construções Rodrigues & Filho, Lda.	34.999,99 €	

Importa referir que, no cumprimento do art.º 138 do CCP, foram publicitadas as listas de concorrentes e de propostas, não tendo sido apresentada qualquer reclamação por parte das entidades convidadas que não apresentaram proposta.



2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO

O Júri do procedimento, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 2, do art.º 122 do CCP, que por sua vez remete para o art.º 146, n.º 2 e 3 – específico do concurso público – aplicável com as necessárias adaptações, e o art.º 70, n.º 2 – aplicável a todos os procedimentos, procedeu à verificação dos documentos que constituem as propostas (conforme art.º 57 do CCP e ponto 7. *Documentos da proposta*, do Convite), tendo concluído que:

i.) - De acordo com o disposto no art.º 61 do CCP e ponto 6. *Erros e Omissões do Caderno de Encargos* do Convite, o concorrente "Construções Rodrigues & Filho, Lda." apresentou uma mensagem, por ele identificada como Lista de Erros e Omissões. O Júri do Procedimento, após análise do seu conteúdo entendeu que a Omissão referida deveria ser Rejeitada, dado que os elementos constantes do projeto de execução eram suficientes para fixar as especificações técnicas e outros aspetos essenciais para a elaboração da proposta e consequente execução do contrato. (ver Anexo I – Reunião n.º 1 do Júri do Procedimento).

De acordo com o despacho do sr. Presidente datado de 26/07/2017, a omissão apresentada foi rejeitada, mantendo-se inalteradas as restantes peças. A nova data limite para apresentação das propostas passou a ser 27/07/2017, pelas 16h00.

ii.) - Da análise efetuada, concluiu-se que as propostas apresentadas pelos concorrentes conferem com o mapa de quantidades de trabalho e todos os artigos foram devidamente cotados, nos diferentes documentos apresentados. Assim, não se verifica a necessidade de aplicar o disposto no n.º 3 do art.º 60 do CCP, no sentido de corrigir os preços contratuais propostos levando em consideração os preços mais decompostos das listas de preços unitários.

iii.) - Os concorrentes apresentaram os documentos exigíveis, conforme art.º 57 do CCP e ponto 7. *Documentos da proposta* do Convite, considerando-se as respetivas propostas "Admitidas".

Das considerações supra referidas resulta a tabela que de seguida se apresenta, onde se inclui o preço constante da proposta para os trabalhos inicialmente concursados, valores sem IVA, bem como a proposta do Júri relativa a admissão das propostas que passam à fase seguinte, para cada concorrente:

- Tabela IV. -

N.º	Concorrente	Preço MQT Inicial	Preço Erros e Omissões	Preço Proposta	Conclusão
1	Carlos Flório & Filhos, Lda.	34.617,67 €	---	34.617,67 €	Admitida
2	Construções Rodrigues & Filho, Lda.	34.999,99 €	---	34.999,99 €	Admitida



Feita a análise em absoluto para cada proposta, verificou-se que as propostas dispõem de condições para serem admitidas e por isso vão ser objeto de avaliação por aplicação do critério de adjudicação.

No âmbito do n.º 1 do art.º 122, tendo em conta o anteriormente exposto e de acordo com o critério de adjudicação fixado no n.º 18 do Convite, o mais baixo preço, as propostas ficam ordenadas da seguinte forma:

- Tabela V. -

N.º	Concorrente	Preço Contratual Proposto	Ordenação das Propostas
1	Carlos Flório & Filhos, Lda.	34.617,67 €	1
2	Construções Rodrigues & Filho, Lda.	34.999,99 €	2

3. CONCLUSÕES

Sendo o critério de adjudicação fixado o do **mais baixo preço** (ver ponto 18. - Critério de Adjudicação, do Convite) e, em consequência e em virtude do concorrente **Carlos Flório & Filhos, Lda.** ter apresentado o mais baixo preço, o Júri propõe a adjudicação da proposta de **34.617,67 €** (trinta e quatro mil, seiscentos e dezassete euros e sessenta e sete cêntimos), à qual acresce o IVA à taxa legal aplicável de 6% no montante de **2.077,06 €** (dois mil e setenta e sete euros e seis cêntimos), o que totaliza o valor de **36.694,73 €** (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro euros e setenta e três cêntimos).

O contrato a celebrar relativo à empreitada de obras públicas manter-se-á em vigor pelo prazo de **60 (sessenta) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Mais se informa, no âmbito do art.º 127 do CCP, que o contrato de empreitada a celebrar só será eficaz após a sua publicitação pela entidade adjudicante no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cumprida a tramitação aplicável ao procedimento, submete-se o presente **Relatório Final**, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de adjudicação, no cumprimento do disposto no art.º 124 do CCP.

Conforme peças do procedimento, nomeadamente ponto 15. do Convite não se exige caução, pelo que em simultâneo com a decisão de adjudicação, deverá ser aprovada a minuta do contrato, no cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 98 do CCP.

Penacova, 29 de Agosto de 2017



Proc. N.º 18/2017
My Doc N.º 2017/300.10.001/26
DGPUOP | Setor de Obras Públicas

Câmara Municipal de Penacova

RELATÓRIO FINAL
páginas 6 | 6

O Júri,

(Bruno Gonçalo dos Reis Barros, Eng.º)

(António José Gonçalves dos Santos Vaz, Dr.º)

(Maria Isilda Lourenço Pires Duarte, Eng.ª)